

1 No dia 07 de novembro de dois mil e sete na sala de reuniões do Departamento de Patrimônio
2 Genético – DPG, situ a SCEN trecho 2, bloco G, sede do IBAMA, Brasília – DF, realizou-se a 26ª
3 Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO. Estavam presentes os
4 seguintes membros da Comissão: Sra. **Maria Cecília Wey de Brito** (presidente), Sr. **Braulio**
5 **Ferreira de Souza Dias** (suplente) e Sr. **Lídio Coradin** (suplente), representantes do Ministério do
6 Meio Ambiente – MMA; Sr. **Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra** (Titular), representante
7 do Ministério das Relações Exteriores – MRE; Sr. **Helinton José Rocha** (titular) e Sr. **Bruno**
8 **Machado Teles Walter** (suplente) representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e
9 Abastecimento – MAPA; Sra. **Ione Egler** (titular) e Sra. **Andréa Ferreira Portela Nunes**
10 (suplente) representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; Sr. **Rosalvo de Oliveira**
11 **Junior** (suplente), representante do Ministério da Integração; Sr. **André Fenner** (suplente),
12 representante do Ministério da Saúde - MS; Sra. **Nanuza Luiza de Menezes** (titular), representante
13 da Academia Brasileira de Ciências - ABC; Sr. **Miguel Guerra** (titular), representante da
14 Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Sr. **Wilson Loureiro** (suplente)
15 representante da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA Sra.
16 **Grace Dalla Pria Pereira** (titular), representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI;
17 Sra. **Fani Mamede** (titular), representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na
18 Agricultura - CONTAG; Sra. **Ivaneide Bandeira** (titular), representante dos Movimentos
19 Ambientalistas indicado pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio
20 Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS; Sr. **José Alberto de Lima Ribeiro** (titular),
21 representante do Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE. Os seguintes convidados
22 estavam presentes à reunião: Sr. **Marco Aurélio Pavarino**, representante do Ministério do
23 Desenvolvimento Agrário – MDA; Sr. **Ricardo Dornelles**, representante do Ministério de Minas e
24 Energia; Sra. **Mara C. Nottingham**, representante da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca –
25 SEAP, Sr. **Roberto Lorena**, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
26 – MAPA, Sra **Luciane Lopes de Freitas**, representante do Ministério da Defesa – MD; Sr.
27 **Roberto Rodrigues**, do Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental/SMCQ/MMA; Sr.
28 **Saulo Freitas** da Conselho Indigenista Missionário CIMI; Sra **Camila N.S. Oliveira** e Sr.
29 **Alexandre Gomes**, do Departamento e Patrimônio Genético - SBF/MMA. Também estavam
30 presentes, pela Secretaria Executiva da CONABIO, a Sra. **Érica Frazão Pereira**, Sra. **Gláucia**
31 **Jordão Zerbini** e o Sr. **Felipe Diniz**, do Departamento de Conservação da Biodiversidade -
32 SBF/MMA. A pauta da reunião compreendeu os seguintes itens: **1. ABERTURA; 2.**
33 **APROVAÇÃO DA PAUTA; 3. APROVAÇÃO DA ATA da 25ª Reunião Ordinária da**
34 **CONABIO; 4 APRESENTAÇÕES SOBRE O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO**

35 **CRESCIMENTO: 4.1 Volney Zanardi Jr. - Ministério do Meio Ambiente; 4.2 Ministério do**
36 **Planejamento, Orçamento e Gestão ; 4.3 – Saulo Feitosa – CIMI / Populações Indígenas; 4.4 –**
37 **Ricardo Dornelles – Ministério de Minas e Energia; 5. PAC E BIODIVERSIDADE –**
38 **DISCUSSÃO NO ÂMBITO DA CONABIO; 6. INFORMES: 6.1 Relato sobre as Reuniões da**
39 **CDB (Fernando Coimbra/MRE), a) V Reunião do Grupo *ad hoc* sobre acesso e repartição de**
40 **benefícios no âmbito da CDB, b) V Reunião do Grupo *ad hoc* sobre o Art 8J da CDB; 7.**
41 **OUTROS ASSUNTOS; 8. ENCERRAMENTO.** A Sra. **Maria Cecília Wey de Brito** deu início à
42 reunião às 10h35, cumprimentou todos os presentes e fez menção aos novos membros da Comissão:
43 pelo MAPA, os Srs. Adilson Reinaldo Kososki (titular), Helinton José Rocha (primeiro suplente),
44 Bruno Machado Teles Walter (segundo suplente) e pela CONTAG, a Sra. Maria José Costa Arruda
45 (segunda suplente). Levantou a questão da falta de quorum freqüente nas Reuniões, ainda não
46 solucionada com a segunda suplência. Ressaltou que faltam as indicações da segunda suplência do
47 IBAMA, MRE, MDA, CNA, SBPC, ABEMA, Movimentos Sociais indicado pelo FBOMS e
48 Movimentos Ambientistas indicado pelo FBOMS e solicitou auxílio dos membros presentes para
49 avançar neste quesito. Em seguida, explicou que a apresentação do Ministério do Planejamento
50 (item 4.2) não poderia ser feita nesta Reunião e colocou a pauta em votação, que foi aprovada com
51 inversão na ordem das apresentações sobre o Programa de aceleração do Crescimento – PAC (item
52 4), supressão do item 4.2 e inclusão de uma minuta de moção a pedido do Sr **André Fenner**. A ata
53 da 25ª Reunião Ordinária foi votada e aprovada, havendo três abstenções (MCT, CNI e Movimentos
54 Ambientistas indicado pelo FBOMS) e os demais votos favoráveis. O Sr. **José Alberto Ribeiro**
55 solicitou que fosse incluída na ata a sua fala, realizada na tarde do segundo dia Reunião. A Sra
56 **Ivaneide Bandeira** informou que a FBOMS enviou as indicações ao MMA. O Sr **Braulio Dias**
57 comunicou que a Secretaria Executiva ainda não havia recebido tais indicações e solicitou o envio
58 da cópia do documento. Deu-se início ao item 4 da pauta “Apresentações sobre o Programa de
59 Aceleração do crescimento”. A Sra. **Maria Cecília Wey de Brito** convidou o Sr. **Ricardo**
60 **Dornelles**, Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do MME para realizar sua
61 apresentação. O Sr **Ricardo Dornelles** explicou que iria falar do PAC e o contexto de como está a
62 questão dos biocombustíveis no âmbito do MME. Citou quais são os desafios para a política pública
63 em energia do MME: segurança no suprimento energético de longo prazo; modicidade do preço dos
64 energéticos; manutenção da competitividade da indústria local; mudanças climáticas e meio
65 ambiente; sendo que os biocombustíveis podem contribuir com alguma parcela em cada um destes
66 itens. Informou que a política energética brasileira está na Lei 9478, de 1997, que é chamada a Lei do
67 petróleo. Nesta Lei foram criados os objetivos da política energética, como também o Conselho
68 Nacional de Política Energética, e se criou o órgão regulador da indústria do petróleo. Esta Lei já

69 sofreu alterações como, por exemplo, incrementar a participação do biocombustíveis na matriz
70 energética, inclusão feita quando da criação do Programa Nacional de Produção e Uso de
71 Biocombustíveis. Além disso, citou como objetivos estabelecidos em Lei: proteger o meio
72 ambiente; promover segurança energética com menor dependência externa; proteger os interesses
73 do consumidor através da regulação e fiscalização do órgão regulador e promover a livre
74 concorrência. Mostrou a matriz de combustíveis veiculares do ano de 2006. Disse que considerando
75 a matriz energética como um todo, para todas as fontes de energia, o Brasil tem 45% de fontes de
76 energias renováveis e que nas economias desenvolvidas é a economia que tem uma matriz mais
77 diversificada. Citou que no Brasil existe uma restrição legal à comercialização de veículos leves (de
78 passeio) movidos à diesel. E disse que considerando os veículos leves, em 2006, 36% da frota
79 foram movidas a etanol. O GNV que é o gás natural veicular atingiu 7%. Quanto aos veículos
80 pesados, no ano de 2006, o biodiesel apareceu nessa matriz numa porcentagem baixa, pois a adição
81 de biodiesel ao diesel ainda não é obrigatória, mas será a partir de janeiro do próximo ano. Com
82 relação ao PAC, informou que é um conjunto de projetos estruturados para atender a premissa de
83 que o Brasil precisa crescer com mais velocidade e com mais segurança. Foi estruturado um
84 conjunto de programas, dentre eles existe um programa específico de combustíveis renováveis,
85 coordenado pelo MME no Departamento de Combustíveis Renováveis dirigido por ele. Apresentou
86 a organização do PAC e do Grupo Gestor do PAC no âmbito do MME, composto de cinco
87 programas, dentre eles biocombustíveis. Disse que este Grupo Gestor se liga há um organograma de
88 monitoramento dentro da Casa Civil. Que existem Salas de Situação coordenadas pela Casa Civil
89 com participação do MME e outros Ministérios. O PAC dos combustíveis renováveis tem o
90 objetivo de manter o Brasil na liderança do uso de biocombustíveis, que é um paradigma mundial.
91 Foram estabelecidos três subprogramas: biodiesel, etanol e álcoolduto/poliduto, com investimentos
92 previstos na ordem de 17,4 milhões de reais neste quadriênio 2007/2010. Na questão do biodiesel,
93 as metas estabelecidas foram: a produção de 750 mil litros de biodiesel no ano de 2007, que não
94 será atingida e a instalação de 20 unidades de biodiesel, que está próxima de ser atingida. A
95 expectativa é que em 2010 a produção atinja 3,3 bilhões de litros por ano com mais 26 usinas a
96 serem instaladas nesse triênio (2008, 2009, 2010). Na produção de Etanol a expectativa para 2007
97 foi uma produção de 19,1 bilhões de litros de Etanol com a instalação de novas 17 usinas de álcool,
98 e para o período até 2010, de 23,3 bilhões de litros e 60 novas usinas sendo instaladas. Disse que o
99 álcoolduto/poliduto são dois projetos grandes, que tratam da logística de distribuição e transporte de
100 biocombustíveis. Há uma previsão de instalação de 1150 quilômetros de dutos no ano de 2010. Em
101 seguida, apresentou valores de produção em litros para biodiesel e etanol nos anos de 2003 a 2007 e
102 projeção de expansão até 2010. Estimou que o limite obrigatório de adição de 5% de biodiesel

103 previsto na Lei para 2013, deverá ser atingido em 2010. No caso do Etanol, há uma projeção de
104 crescimento da produção e um crescimento do consumo com uma destinação maior para o mercado
105 externo. Citou que o Brasil exportou em 2006 3,4 bilhões de litros de Etanol, que se espera para
106 2007 um aumento para 3,5 bilhões de litros e estima-se exportar cerca de 5 bilhões de litros de
107 Etanol em 2010. Informou que o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB foi
108 desenhado ao longo de 2004 e no final de 2004 foi lançada uma medida provisória que se
109 transformou em Lei, em 2005, consolidando o marco legal do programa de biodiesel. Esta Lei
110 11.097/2005 estabelece os percentuais mínimos de mistura do biodiesel ao diesel (2% a partir de
111 2005, 5% a partir de 2013), além de escalonar a introdução desse novo combustível no mercado. O
112 outro marco legal foi a Lei 1116/2005 que criou um modelo de tributação federal diferenciado para
113 o biodiesel, visando suprimir problemas ocorridos no pró-Álcool, como a concentração em grandes
114 usinas. Explicou que neste modelo para o biodiesel não há subsídios, apenas uma desoneração
115 tributária diferenciada em função do tipo de produtor, da região de produção e da matéria-prima que
116 está sendo utilizada. No entanto, esse modelo não era suficiente para deslançar o programa, pois o
117 custo do biodiesel é mais alto que o do diesel e permanecerá ainda por algum tempo. No período
118 onde não era obrigatória a mistura, o Governo criou um mecanismo de fomento. Foram feitos ao
119 longo de 2005/2006 um conjunto de leilões públicos onde o Governo determinou que as refinarias
120 de petróleo comprassem biodiesel e revendessem às distribuidoras para a comercialização. Foram
121 feitos cinco leilões com o conjunto de aquisição de 885 milhões de litros, entre 2005 e 2007, como
122 uma Medida de transição para o regime de mistura obrigatória a partir de 2008. Informou que essa
123 quantidade comprada não será totalmente entregue, pois algumas unidades de biodiesel não ficaram
124 prontas dentro do seu cronograma previsto e inviabilizou a produção total desse biodiesel. Previu o
125 valor de 450 milhões de litros de produção de biodiesel. Informou que para 2008 serão realizados
126 novos leilões de compra de biodiesel visando assegurar a transição de um mercado que não era
127 obrigatório, para o mercado obrigatório. Disse que 80% do volume que será comprado, será de
128 unidades produtoras que tenham o selo Combustível Social e 20% a qualquer tipo de produtor. O Sr
129 **Braulio Dias** perguntou sobre as fontes, as culturas utilizadas. O Sr. **Ricardo Dornelles** respondeu
130 que a soja ainda é preponderante e será por algum tempo. Mais de 98% da produção de óleo vegetal
131 no Brasil, é óleo de soja. Quanto a produção de óleos vegetais no mundo, 45% é soja, 45% é
132 palma, 10% são outros óleos de menor significância. A cultura da soja, no Brasil, possui um arranjo
133 produtivo que está estruturado e que tem o volume para garantir essa matéria, apesar de existirem
134 diversificações regionais. Apresentou a situação geográfica das usinas para a produção de biodiesel,
135 sendo 43 em operação e 52 em fase final de instalação. Deu o exemplo do girassol que começa a ter
136 uma participação mais expressiva em algumas regiões. Disse que a soja é uma commodities

137 internacional, que o preço da soja disparou e leva consigo quase todas as commodities agrícolas.
138 Como a soja tem uma produtividade de óleo pequena, por hectare, ela começa a abrir espaço para
139 outras culturas. Os produtores estão buscando alternativas para fugir da soja, porque o preço do
140 leilão estabelecido tem um preço máximo de 2,40 por litro. Isto vai estimular a busca de fontes mais
141 baratas onde o agricultor tenha condições de manejar os seus insumos. Considerou que quando se
142 conseguir estruturar a cadeia de produtos plantando girassol, nabo, pião manso, a soja será um
143 pouco deslocada desse mercado. No entanto, disse que não acredita que num horizonte de curto e
144 médio prazo a soja vai sair dessa posição no biodiesel. Vai continuar permanecendo nesse mercado
145 por ser uma alternativa de segurança para o programa. Quanto ao etanol, apresentou que a produção
146 de 2006 foi de 18 bilhões de litros, com 91% da produção oriunda da Região centro-sul e 9% da
147 Região Norte-Nordeste. Citou que a expansão agrícola está ocorrendo para o oeste de São Paulo,
148 Goiás e sul de Minas, mas nota-se uma concentração, uma vez que a cana tem condições específicas
149 para ter maior produtividade. Apresentou gráficos da evolução da produtividade do etanol de 1975 a
150 2005. A produtividade de álcool em metros cúbicos por hectare, mais do que dobrou. Informou que
151 no Brasil já existem 4,1 milhões de veículos Flex vendidos no Brasil, que representam
152 aproximadamente 7% da frota circulando no País. O álcool deslocou o consumo de gasolina, no País,
153 ao longo desses 30 anos. Além da maior independência em relação à gasolina, o uso de álcool
154 evitou a emissão de 675 milhões de toneladas CO₂ nestes anos. Espera-se que em 2010, que é o
155 final da primeira etapa do PAC, não há nenhum tipo de incentivo, pois quase todos os projetos são
156 privados, com exceção dos álcooldutos/polidutos, que estão sendo conduzido pela Petrobrás e
157 parceiros. Finalizou sua apresentação e solicitou que as perguntas fossem feitas neste momento pois
158 teria que se ausentar da reunião. O Sr. **Braulio Dias** agradeceu a apresentação e perguntou o quanto
159 está sendo previsto em termos de mercado de exportação de álcool e se isso não foi incorporado
160 ainda ao cenário de expansão do álcool no Brasil. A Sra. **Ivaneide Bandeira** afirmou que o PAC
161 não tem compromisso com o aquecimento global e meio ambiente e perguntou se existe incentivo
162 para grandes agricultores plantarem cana-de-açúcar e se existem usinas planejadas para a
163 Amazônia. O Sr. **Rosalvo Júnior** perguntou onde serão implementados os álcooldutos, e a
164 compatibilidade de outros planos, como o Eletrobrás 2010/2020 com o PAC a médio e longo prazo,
165 bem como a aderência do PAC a estes planos. Comparando o mapa das usinas com a história da
166 expansão da cultura da soja, perguntou se o que está ocorrendo é se a soja está sendo destinada para
167 a produção do biodiesel, porque é importante pensar em uma Política de Ordenamento Territorial, e
168 ponderou ser importante incluir um artigo do Rogério Cerqueira Leite sobre o desenvolvimento
169 tecnológico do Brasil como texto de discussão na CONABIO. O Sr. **Ricardo Dornelles** disse que
170 existe a previsão de exportação de cinco bilhões de litros de álcool por ano até 2010, mas a

171 composição do álcool em outros países é diferente do Brasil e que é necessário encontrar um padrão
172 internacional do álcool. Ponderou que se os países da Europa implementarem as diretrizes
173 apresentadas eles terão que importar etanol. Disse que todo o conjunto de obras de geração
174 previstos no PAC são para atender a demanda de energia do País, mas não há subsídio para o
175 biodiesel, o que existe é desoneração tributária no PIS/COFINS. A Sra. **Ivaneide Bandeira**
176 perguntou se essa desoneração tributária é para pequenos e grandes produtores. O Sr. **Ricardo**
177 **Dornelles** disse que foi criada uma desoneração tributária em três escalas, sendo a primeira para a
178 produção da região Norte e Nordeste a partir da mamona e da palma, com 31% de desconto. O
179 segundo nível de desoneração é para o biodiesel produzido pela agricultura familiar, que soma 68%
180 de desconto de tributos. Se for agricultura familiar produzindo biodiesel no norte e nordeste soma
181 os dois descontos. A desoneração tributária é dada a quem produz biodiesel, pois o PIS/COFINS é
182 uma contribuição sobre o faturamento, ou seja, a desoneração é dada para a unidade industrial,
183 independentemente do tamanho da usina. O Sr. **André Fenner** comentou que o Brasil não fornece
184 esses descontos com a soja. O Sr. **Ricardo Dornelles** explicou que o avanço da soja deveu-se ao
185 volume imenso de recursos aplicados em tecnologia agrícola, em variedades diferenciadas, para que
186 suportasse uma produção maciça, mas foram priorizadas variedades mais ricas em fibra e reduzido
187 teor de óleo. É necessário um grande conhecimento tecnológico agregado para que o projeto de uso
188 de uma determinada planta seja bem sucedido. Isso limita o uso da diversidade de plantas existentes
189 na Amazônia, onde existem poucas usinas planejadas ou implementadas. Existe uma usina no Pará,
190 uma implementada e uma planejada em Rondônia, no Tocantins, mas existe pouca procura privada
191 na região norte. Com relação ao GNV, existem dois gasodutos no Brasil, sendo um o gasoduto
192 Brasil/Bolívia, que vem da Bolívia até São Paulo e segue para o Rio Grande do Sul e o de Urucu,
193 que não está interligado ao sistema nacional e, portanto, está livre do problema com a Bolívia, mas
194 Urucu abastece apenas Manaus. No PAC não há nenhuma usina de álcool prevista para a
195 Amazônia, mas existe um grupo tentando revitalizar a Alcobrás, no Acre, bem como algumas
196 notícias em Roraima. Disse que existem projetos de vários álcooldutos e polidutos em estudo,
197 interligando o País, mas se o volume de álcool a ser transportado é grande, não é viável investir em
198 polidutos. Existem dois portos voltados para a exportação, um no Rio de Janeiro e outro em São
199 Paulo, com capacidade de exportarem 8 bilhões de litros/ano. Todos esses estudos foram objeto de
200 consulta pública, de audiência pública, com diversos segmentos da sociedade e estão no site do
201 MME. Toda a questão do PAC, dos empreendimentos que estão no PAC, estão alinhados com o
202 planejamento governamental da expansão da produção. No centro-oeste as usinas irão funcionar
203 com soja, mas algumas estão buscando o girassol para fugir do preço das commodities da soja. O
204 próximo passo tecnológico é a produção de álcool a partir da biomassa, do bagaço da cana. Essa

205 tecnologia brasileira está sendo estudada no mundo todo. O Sr. **Braulio Dias** perguntou sobre o uso
206 de madeira na geração a partir da celulose. O Sr. **Ricardo Dornelles** disse que a enzima que digere
207 a celulose é diferente da enzima que digere a cana, mas acredita que o uso da madeira irá demorar
208 mais tempo para virar realidade. O Sr. **André Fenner** ressaltou os benefícios da redução da emissão
209 de carbono pelo uso do etanol e perguntou se realmente a Amazônia será poupada da expansão da
210 cultura da cana. O Sr. **Miguel Guerra** perguntou se o PAC tem levando em consideração o impacto
211 ambiental sobre os fragmentos de ecossistemas naturais nas áreas de expansão das culturas e
212 ressaltou a relevância dessa discussão na CONABIO. A Sra. **Grace Pereira** colocou que as
213 plenárias da CONABIO devem se reunir para aprovar deliberações e incluir apresentações em
214 workshops específicos. O Sr. **Braulio Dias** disse que essa questão deveria ter sido colocada na
215 aprovação da pauta e não neste momento. Disse ainda que este assunto foi discutido na reunião
216 anterior e o que está sendo discutido foi deliberado na reunião anterior, aprovado pela Comissão. A
217 Sra. **Grace Pereira** disse que não estava presente na reunião anterior. A Sra. **Ivaneide Bandeira**
218 quis saber se os presentes teriam poder deliberativo sobre o PAC. O Sr. **Braulio Dias** lembrou que
219 o tema PAC foi colocado por orientação dos membros e que a metodologia de discussão acordada
220 foi esta e que não se pode começar a discutir um tema e já decidir a deliberação, especialmente de
221 temas complexos. A Sra. **Grace Pereira** disse que não se lembrava o que foi discutido na plenária.
222 O Sr. **Braulio Dias** reafirmou que está sendo discutido o que o plenário deliberou. A Sra. **Cecília**
223 **Wey de Brito** comentou que não observa nas empresas produtoras de energia uma preocupação
224 com um planejamento para diminuição no consumo de energia visando um consumo sustentável,
225 visando, por exemplo, diminuir a perda relacionada à distribuição ou investimentos em energias
226 alternativas e propôs que a comissão discuta essas questões internamente. Alertou ainda pela
227 relevância das discussões e apresentações internas. O Sr. **Rosalvo Júnior** comentou que não há
228 dúvida de que o Japão irá consumir etanol, pois a JICA já havia planejado usar o cerrado como
229 fonte de matéria prima há 10 ou 20 anos. Comentou ainda que o projeto da IRSSA previa a
230 integração da infra-estrutura na América Latina, como por exemplo a estrada entre o Acre e o Peru,
231 para acessar o Pacífico, e que esta integração deve ser pensada no ordenamento territorial e no
232 planejamento do álcoolduto. O Sr. **Braulio Dias** pediu ao Sr. **Rosalvo Júnior** que disponibilizasse
233 o artigo do Rogério Cerqueira Leite para a Secretaria da CONABIO repassar para todos os
234 membros. O Sr. **Ricardo Dornelles** informou que o Rogério Cerqueira Leite é contratado pelo
235 MCT onde desenvolve estudo sobre o desenvolvimento da indústria, fomento e capacitação da
236 indústria nacional, desenvolvimento da indústria do álcool, e que o Presidente Lula têm buscado a
237 integração da América Latina através do desenvolvimento tecnológico de biocombustíveis e que a
238 integração do Brasil com o Peru irá aproximar as ações de integração entre a Petrobrás e o Japão,

239 que trabalham em parceria há longa data. Disse ser possível que empresas japonesas entrem em
240 parceria com o investidor brasileiro na construção de usinas visando exportação. Ressaltou ser
241 verdade que o biodiesel libera NOx e aldeídos, mas no compito geral os níveis de emissão são mais
242 favoráveis . O Sr. **Braulio Dias** disse ser importante ter clareza se está havendo redução das
243 poluições. O Sr. **André Fenner** disse buscar ver equilíbrio entre vantagens e desvantagens e os
244 riscos que as pessoas estão correndo. O Sr. **Braulio Dias** disse ser necessário comparar a poluição
245 entre a produção de petróleo e de outras opções energéticas. O Sr. **André Fenner** disse que gostaria
246 de um quadro mais claro entre as vantagens e desvantagens destas duas opções energéticas, pois se
247 uma tem menos carbono, tem mais aldeído. O Sr. **Ricardo Dornelles** sugeriu que fosse colocado na
248 ponta do lápis o custo de cada tipo de substituição de poluente e que esta conta nunca foi
249 apresentada adequadamente a quem decide. O Sr. **André Fenner** avisou existir um mecanismo de
250 um programa internacional chamado PRTR que avalia a questão da transferência de emissões e que
251 a Secretaria de Mudanças Climáticas deveria colocar em andamento esse programa. O Sr. **Ricardo**
252 **Dornelles** disse acreditar que as externalidades do programa de biocombustíveis nunca foram
253 quantificadas adequadamente, mas acredita que quando isso for feito, será um grande avanço de
254 eliminação de restrições atuais sobre os biocombustíveis. Ele acredita que a cana não irá chegar
255 com ferocidade à Amazônia devido ao pequeno tamanho do mercado consumidor. Afirmou não
256 haver racionalidade econômica para a substituição da floresta pela cana. Disse que a eficiência
257 energética é tema de grande discussão em todo o mundo e países produtores de petróleo dizem que
258 produzir biocombustíveis é uma bobagem, mas que o país possui programas para racionalização do
259 uso da energia e que a melhor eficiência do uso de recursos terá um salto de qualidade. O Sr.
260 **Braulio Dias** perguntou se o Sr. **Ricardo Dornelles** poderia repassar a apresentação para
261 distribuição aos membros. O Sr. **Ricardo Dornelles** disse que não havia problemas. A Sra. **Fani**
262 **Mamede** avisou que trouxe cartazes para distribuição aos membros com a divulgação de projetos
263 da CONTAG, um identificando áreas estaduais para projetos integrados de boas práticas, incluindo
264 assentamentos, trabalhadores rurais, agricultura familiar, para ser desenvolvido em todo país. O
265 outro é a campanha contra o uso de agrotóxicos. O Sr. **Braulio Dias** avisou que mais duas palestras
266 seriam apresentadas no período da tarde, sendo uma apresentação do Sr. **Fernando Coimbra** sobre
267 as duas últimas reuniões da CDB, dos grupos de trabalho de ABS, Acesso a Recurso Genético e
268 Repartição de Benefício e o 8J, que é de Proteção do Conhecimento Tradicional. Perguntou se
269 poderia ter ainda uma apresentação antes do intervalo do almoço. O Sr. **Saulo Feitosa** iniciou sua
270 apresentação agradecendo o convite da CONABIO e alertou que iria falar sobre os dados
271 disponíveis sobre o impacto das ações do PAC nas terras indígenas. Disse que a Comissão Nacional
272 de Política Indigenista vêm requerendo desde julho essas informações do Governo, mas que os

273 dados não foram repassados. Desta forma, apresentou dados obtidos dos Ministérios e das próprias
274 comunidades indígenas. Informou que desde que a Comissão Nacional de Política Indigenista foi
275 instalada, as discussões do movimento indígena priorizaram o tema. Disse que as comunidades
276 indígenas consultadas, principalmente, na Amazônia legal, identificam preocupações maiores com
277 as usinas hidroelétricas, como as usinas do Rio Madeira, de Estreito, no Tocantins e Maranhão e a
278 de Belo Monte, no Pará. Informou que podem existir povos sem contato na região das hidroelétricas
279 do Rio Madeira. Informou que as hidroelétricas de Estreito e de Belo Monte causaram diversas
280 reações dos grupos indígenas afetados. Disse que os povos indígenas do Centro-Oeste e Sudeste
281 apresentaram preocupações relacionadas a rodovias e hidrovias. Informou que os povos Região
282 Nordeste destacam o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco como fonte de
283 preocupação. Disse que o Governo Federal informou que não tinha informações sobre a quantidade
284 exata de terras indígenas e a população atingida pelas obras do PAC. Afirmou, no entanto, que pelo
285 menos 210 empreendimentos interferem em terras indígenas, sendo 95 na Amazônia legal, 29 na
286 Região Nordeste, 15 no Centro-Oeste, 33 no Sudeste e 38 no Sul. Informou que não foi possível
287 precisar a totalidade das terras indígenas afetadas. Disse que têm procurado as organizações
288 indigenistas e a FUNAI para não haver divergências nos números trabalhados. O Sr. **Braulio Dias**
289 perguntou se os números apresentados englobam terras indígenas diretamente impactadas ou
290 também áreas impactadas indiretamente. O Sr. **Saulo Feitosa** respondeu que tanto as diretamente
291 quanto as indiretamente afetadas, mas que 21 empreendimentos afetam povos isolados. Afirmou
292 que existem no Brasil cerca de 63 povos sem contato e que pelo menos 18 destes serão impactados
293 diretamente, envolvendo um grande risco de extinção desses povos. Lembrou da dificuldade de
294 garantir a proteção aos grupos e que o Programa de Aceleração do Crescimento vai intensificar a
295 corrida em direção a esses povos. Disse que os dados do CIMI apontam para 25 povos e 33 terras
296 indígenas nos dois eixos da Transposição do Rio São Francisco. Considerou que o movimento
297 indígena exagera nos dados, mas citando outros exemplos, a hidroelétrica Serra da Mesa pode ter
298 vitimado índios Avá-canoeiros que viviam escondidos em cavernas. Disse que no caso de
299 Rondônia, existirão duas situações, de povos contatados há longo tempo, mas não identificados e
300 povos não contatados. Disse que o PAC indígena é uma idéia, mas ainda em construção e, no que se
301 refere ao PAC, não houve consulta nenhuma aos indígenas. Afirmou acreditar que a busca de apoio
302 cabe ao Governo estabelecer, na forma de mecanismos que possibilitem a efetivação da convenção
303 69 e descobrir formas de realizar essa consulta às comunidades indígenas. Disse que a coordenação
304 da FUNAI que trabalha com povos isolados, reconhece os povos não contatados e o risco que o
305 PAC representa. Afirmou que o protagonismo dos povos na proteção, a partir de suas práticas
306 tradicionais, se constitui em elementos importantes para todos nós, na dita sociedade nacional, e

307 essa diversidade também é ameaçada. Avisou que a Comissão Nacional de Política Indigenista.
308 Sugeriu que o Governo poderia estabelecer medidas para evitar tragédias. Em seguida, encerrou a
309 apresentação. O Sr. **Braulio Dias** agradeceu a apresentação e pediu que o mapa das comunidades
310 indígenas afetados seja disponibilizado ao MMA. O Sr. **Rosalvo Júnior** informou que o Comitê da
311 Bacia do São Francisco está disponibilizando as informações solicitadas, incluindo informações
312 disponibilizadas no endereço eletrônico do Ministério da Integração e do IBAMA. Afirmou que a
313 licença prévia foi concedida devido ao atendimento à legislação, incluindo aspectos sociais e que a
314 transposição é um projeto de Governo. Informou ainda que no Comitê da Bacia do São Francisco
315 existe uma vaga para os representantes das Populações Indígenas e das Comunidades Tradicionais,
316 e que o Ministério da Integração está fazendo o diálogo aberto com todos os interessados. Disse
317 ainda que os nos 36 Programas Ambientais Básicos determinados pelo licenciamento serão gastos
318 R\$ 120 milhões e que existe um programa específico para a questão indígena. Afirmou ser
319 importante que as questões indígenas levantadas sobre a transposição do São Francisco fossem
320 protocoladas na Câmara Técnica. Comunicou que o Comitê da Bacia do São Francisco está
321 discutindo a necessidade de proteção do Aquífero Urucuia no Oeste da Bahia, especificamente na
322 criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral, devido ao risco de perda das regiões
323 produtoras de água e solicitou apoio ao Sr. Braulio Dias para que auxiliasse nesta questão. O Sr.
324 **Braulio Dias** perguntou se o Comitê da Bacia do São Francisco demandou alguma ação de criação
325 de novas UC no oeste da Bahia para o MMA, afirmando que o oeste da Bahia e o nordeste em geral
326 têm grande carência de áreas protegidas. A Sra. **Nanuza Menezes** disse ter ficado impressionada
327 com a existência de 63 grupos indígenas sem contato e lembrou que o Aziz Ab'Saber é
328 radicalmente contra a transposição do São Francisco por diversas razões. A Sra. **Ivaneide Bandeira**
329 lembrou que a CONABIO havia deliberado sobre o mapa de Áreas Prioritárias em janeiro e
330 mostrou que as hidroelétricas do Madeira estão em área de extrema relevância para a
331 biodiversidade, especialmente devido aos mirizais da região e que o ARPA está articulando a
332 criação de Unidades de Conservação, que inclui duas Estações Ecológicas, onde ainda existem
333 populações indígenas isoladas, mas que a FUNAI não realizou levantamentos locais. Protestou com
334 o fato do mesmo governo que delibera sobre a priorização de áreas para a conservação está
335 projetando uma hidroelétrica que irá afetar estas áreas. Sugeriu que a CONABIO enviasse um
336 documento protestando contra as hidroelétricas do Madeira. Afirmou que o CONAMA votou uma
337 moção solicitando mais estudos sobre as hidroelétricas do Madeira. O Sr. **Braulio Dias** afirmou que
338 o que compete à CONABIO é fazer uma relação das interfaces do PAC sobre a biodiversidade,
339 sendo possível alertar licenciamento ambiental. Informou que as resoluções do CONAMA que
340 orientam o licenciamento ambiental não explicitam adequadamente os aspectos de biodiversidade.

341 E que avanços conceituais sobre biodiversidade, os serviços ambientais, recurso genéticos, o papel
342 ecológico, o funcionamento dos ecossistemas e uma série de aspectos, não são infelizmente,
343 previstos na legislação de licenciamento ambiental. Lembrou que a CONABIO aprovou deliberação
344 anterior encaminhada ao CONAMA com orientações sobre como internalizar aspectos da
345 biodiversidade e EIA/ RIMA e em Avaliação Ambiental Estratégica, mas isso não foi internalizado.
346 Solicitou ao Sr. **Saulo Feitosa** que ele adiantasse alguma informação sobre o mapa apresentado. O
347 Sr. **Saulo Feitosa** destacou que existem aspectos positivos na relação com o Governo, como a
348 integração entre as informações de terras indígenas mostrando que a demanda fundiária é de 1025
349 terras. Sugeriu que a CONABIO solicitasse à FUNAI o mapeamento das terras, apesar da FUNAI
350 estar evitando a divulgação destas informações para evitar conflitos sobre desapropriações. O Sr.
351 **Braulio Dias** suspendeu a reunião até o início da tarde. Após o intervalo, o Sr. **Braulio Dias**
352 convidou o Sr. **Roberto Rodriguez**, que substituiu o Sr. Volney Zanardi, para iniciar a
353 apresentação intitulada “Monitoramento do Licenciamento Ambiental Federal dos
354 empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC”. O Sr. Roberto Rodriguez
355 explicou que o seu Diretor Volney Zanardi estava ocupado em reunião sobre petróleo e se
356 apresentou. Iniciou sua apresentação explicando que iria discorrer apenas sobre o licenciamento
357 federal dos empreendimentos. Afirmou que esse Programa de Crescimento Econômico gera
358 impactos e o objetivo é otimizar ao máximo os que queremos e minimizar o que é negativo. Disse
359 que uma das preocupações do MMA é assegurar a compatibilização do PAC com a política
360 ambiental, resolver possíveis conflitos e identificar oportunidades de inclusão da agenda ambiental,
361 reforçando os instrumentos de planejamento e gestão do MMA. Explicou que o MMA está criando
362 um sistema informatizado e georeferenciado dos empreendimentos do PAC para o seu
363 monitoramento. Disse que o PAC já possui 3600 pacotes nos seus três eixos de ação e que a
364 primeira preocupação foi identificar quais destes pacotes possuem conflito com a questão
365 ambiental. Disse que nem um terço dos projetos demanda licenciamento ambiental, ou seja, 1200
366 empreendimentos não têm questão ambiental. Dos outros dois terços, nem 10% demanda
367 manifestação dos órgãos federais (IBAMA, ANA e ICMBio). Disse que a primeira preocupação foi
368 identificar o universo focal e que a segunda é a questão energética, especialmente as hidroelétricas
369 do Madeira. Explicou que os empreendimentos também podem levar muitos anos para serem
370 efetivados, vinculando todas as etapas do licenciamento. Não se sabe ainda, no caso de
371 hidroelétricas, até onde vai a interferência do reservatório, demandando mapas precisos para
372 realizar o cruzamento com terras indígenas, unidades de conservação e polígonos prioritários da
373 biodiversidade, pois os mapas não existem. Disse que serão instituídos grupos gestores
374 interinstitucionais e um grupo de trabalho com representação de três secretarias. Falou que os

375 objetivos são ampliar a comunicação interna e obter informações do Governo. Segundo ele, é
376 necessário um entendimento interno inicial e convencer que a área ambiental não é empecilho, mas
377 uma importante colaboradora do processo, assegurando sustentabilidade e viabilidade econômica
378 dos empreendimentos. Disse que o Sistema de Georeferenciamento se comunica com diversos
379 sistemas de informação e objetiva tornar público as informações existentes. Apresentou as
380 competências do Grupo Gestor Interinstitucional, como estratégia de diretrizes para orientar as
381 atividades do grupo de trabalho, analisar e aprovar os relatórios de acompanhamento do
382 licenciamento, coordenar, orientar e subsidiar a participação do Ministério do Meio Ambiente, e das
383 entidades vinculadas e atuar como interlocutor do Ministério do Meio Ambiente, e das entidades
384 vinculadas, junto ao Comitê Gestor do PAC. Disse que no início do processo, a área ambiental era
385 considerada um entrave. Lembrou que num Estado Democrático de Direitos, as leis devem ser
386 observadas em benefício da coletividade e o MMA deve seguir a legislação, mas concluiu-se que
387 não existem pendências com a área ambiental, mas sim o cronograma dos projetos que está
388 atrasando o PAC. Disse que as atribuições do grupo de trabalho envolvem coletar, sistematizar as
389 informações relacionadas ao processo de licenciamento ambiental e também de outorga de uso de
390 recurso hídricos relacionados com empreendimentos, propor procedimentos para garantir a
391 interoperabilidade entre o Sistema de Georeferenciamento de Programas - Sigepro/PAC, do MMA,
392 com os sistemas de gestão da informação dos processos de licenciamento e de outorga e propor
393 estratégia para, no Sigepro/PAC, atualizar as informações sobre os empreendimentos do PAC, de
394 forma sistemática, nos sistemas de informações, priorizar a inserção, no Sigepro/PAC, e nos
395 respectivos sistemas de gestão da informação, das informações relacionadas com a caracterização
396 dos empreendimentos, as etapas do licenciamento ambiental federal/outorga, o registro tempestivo
397 dos eventos expressivos que interfiram no processo de licenciamento/outorga, observar a integração
398 dessas informações com os demais instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, em
399 especial com os Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - Sinima, e elaborar, com
400 periodicidade mensal, Relatório de Acompanhamento do Licenciamento Federal dos
401 Empreendimentos do PAC. Disse que o licenciamento se sente como o único demandado, mas que
402 apesar de seu papel importante, ele não é planejador, a etapa de licenciamento não pode arcar com o
403 ônus de ser responsável por todas as etapas, de qualquer empreendimento que seja. Afirmou que o
404 PAC é dividido em três grandes eixos de infra-estrutura, que caracterizam diferentes
405 empreendimentos, mas que se intercomunicam, que são a Infra-estrutura Energética (energias
406 renováveis, petróleo, gás natural e geração e transmissão de energia elétrica), infra-estrutura
407 Logística (rodoviária, ferroviária, portuária, hidroviária e aeroportuária) e a Infra-estrutura Social e
408 Urbana (luz para todos, saneamento, habitação, metrô e recursos hídricos). Apresentou as

409 diferentes particularidades e complexidades existentes em cada um dos empreendimentos ligados
410 aos eixos de infra-estrutura. Comunicou que as informações sobre os empreendimentos do PAC
411 estão disponíveis a todo cidadão no sítio www.sigplan.gov.br onde existe uma lista com o código
412 do empreendimento, onde cada empreendimento possui um código e nome único, mas que não
413 fornece os dados georeferenciados. Disse que existem projetos, que estão planejados, são
414 empreendimentos pensados, mas não existe projeto ainda e quem estabelece o que é prioridade é o
415 próprio Governo Federal. No entanto, a maior parte deles ainda não possui detalhamento para
416 chegar aos aspectos legais. Disse que a disponibilização de dados é preocupante, pois o mínimo de
417 informação deve ser compartilhada, para que se possa ter uma eficiente gestão ou o MMA não terá
418 como cumprir bem o seu papel e exemplificou como a falta de informação sobre os
419 empreendimentos atrapalha a gestão ambiental. Apresentou a estrutura atual do SIGEPRO, onde é
420 possível pesquisar com base em alguns parâmetros, cada um dos empreendimentos do PAC.
421 Encerrou dizendo que, com base nos dados disponíveis e na ausência de espacialização dos
422 empreendimentos, é impossível gerar mapas de conflito. O Sr. **Braulio Dias** perguntou se, com a
423 informação que já está disponível, seria possível já verificar algumas sobreposições de
424 empreendimentos com, por exemplo, o mapa de áreas prioritárias para biodiversidade. O Sr.
425 **Roberto Rodriguez** afirmou positivamente, pois a base do georeferenciamento é a mesma para
426 todas as secretarias de todos os ministérios. O Sr. **Braulio Dias** informou que o mapa das áreas
427 prioritárias para biodiversidade está na mesma base. O Sr. **Roberto Rodriguez** ponderou sobre as
428 hidroelétricas, devido ao conflito de informações existentes e à falta de informações importantes. O
429 Sr. **Braulio Dias** perguntou se existe algum prazo para a obtenção de tais informações. O Sr.
430 **Roberto Rodriguez** disse que a prioridade do Comitê Gestor é agilizar a disponibilização de tais
431 informações. O Sr. **Braulio Dias** perguntou se há alguma expectativa de disponibilizar no sistema
432 as informações dos órgãos licenciadores e se há prazo para receber dos demais órgãos do governo
433 os dados completos. O Sr. **Roberto Rodriguez** disse que os Ministérios deveriam demandar dos
434 empreendedores que disponibilizassem um pacote de informações necessárias. Disse que não há
435 sonegação de informação, mas sim uma ausência de sistematização das informações importantes
436 para a área ambiental. O interesse na disponibilização destas informações é comum a vários
437 ministérios. Disse ainda que os órgãos licenciadores estaduais possuem menos informação que o
438 IBAMA. O Sr. **Braulio Dias** argumentou que seria importante que todas as informações estivessem
439 integradas no sistema. O Sr. **Roberto Rodriguez** informou que já existem ações neste sentido, com
440 a OEMA da Paraíba, para que eles verificassem a tramitação dos licenciamentos de
441 empreendimentos do PAC no estado, mas que o sistema federal ainda necessita de ajustes para
442 acolher todos os dados, especialmente no que se refere ao código do empreendimento. O sistema

443 também deve permitir verificar o licenciamento com base no CNPJ ou CPF do empreendedor. O Sr.
444 **Braulio Dias** argumentou que daria para solicitar a ficha completa do empreendedor. O Sr.
445 **Roberto Rodriguez** disse que de alguns sim, mas de outros a Fazenda não disponibiliza dados. O
446 Sr. **Braulio Dias** sintetizou a questão dizendo que às vezes a informação está no Sistema, porém
447 não está identificado como empreendimento do PAC. O Sr. **Roberto Rodriguez** disse que existem
448 problemas legais ligados a disponibilização de informações sobre multas e condenações. O Sr.
449 **Rosalvo Júnior** reforçou que, do ponto de vista da CONABIO, seria absolutamente necessário à
450 espacialização de todos os dados e disse que já possui uma base espacializada para os municípios e
451 micro-regiões e como lidar com as diferenças entre municípios na sua participação ambiental. O Sr.
452 **Braulio Dias** argumentou que os municípios de áreas mais desenvolvidas são menores. O Sr.
453 **Rosalvo Júnior** disse que as OEMAS possuem bastante informação contida nos EIA/RIMA, mas
454 que muitos destes estudos são de péssima qualidade, agregando pouca informação de qualidade e
455 que os estados deveriam exigir muita qualidade nestes relatórios. Argumenta ainda que
456 empreendimentos impactantes não devam ser licenciados, especialmente quando embasados em
457 informação de qualidade ruim. O Sr. **Braulio Dias** comentou que é realmente preocupante a
458 quantidade de informação produzida na forma de EIA/RIMA que está trancada no armário e que o
459 portal de licenciamento deve ser usado para disseminar esta informação. O Sr. **Wilson Loureiro**
460 perguntou se existe algum mecanismo robusto para amarrar os processos de licenciamentos do PAC
461 feitos nos estados, devido à fragilidade política dos estados e sugeriu ao Sr. **Braulio Dias** a criação
462 de uma ferramenta da CONABIO que auxiliasse neste monitoramento. A Sra. **Andréa Nunes**
463 levantou a reflexão sobre a questão da escala espacial dos empreendimentos e possíveis problemas
464 relacionados ao cruzamento destes dados, especialmente no que se refere ao cruzamento com as
465 áreas prioritárias que tem uma escala espacial bem maior. O Sr. **Braulio Dias** disse que existe o
466 desafio de estruturar as bases de dados para atualizar as áreas prioritárias, que inclui diversos órgãos
467 do Governo. Informou que na revisão das áreas prioritárias existiu a preocupação de reduzir o
468 tamanho das áreas, com melhor definição e que se deve lembrar que estas áreas não representam
469 restrições absolutas e cada área deve ter especificidades e recomendações próprias. Se mostrou
470 preocupado com o fato de que uma parte do exercício que seria feito neste momento foi prejudicado
471 pela necessidade de aguardar as informações espacializadas dos empreendimentos antes de avaliar o
472 impacto potencial sobre a biodiversidade. O Sr. **José Alberto Ribeiro** fez colocações, pois
473 aparentemente o PAC foi elaborado de forma improvisada e irresponsável, de caráter político e não
474 técnico, apresentando projetos antigos como coisas novas. Parabenizou os palestrantes e disse
475 acreditar que o PAC pode trazer mais problemas que crescimento. O Sr. **Roberto Rodriguez**
476 concordou com o Sr. **José Alberto** de que grande parte dos empreendimentos do PAC são coisas

477 antigas, mas que também agrega projetos novos. Informou que o Projeto de Lei 212, que está em
478 tramitação, define como competência da União licenciar obras de impacto regional ou que envolva
479 mais de um Estado, sendo competência dos municípios obras de impacto local. Ponderou que o
480 licenciamento, a fiscalização e o monitoramento devem andar juntos e um retroalimentar o outro. O
481 Sr. **Braulio Dias** propôs solicitar à FUNAI os estudos citados pelo Sr. **Saulo Feitosa** onde pode
482 haver impactos do PAC sobre terras indígenas e povos isolados para divulgar aos membros da
483 CONABIO e perguntou ao Sr. **Roberto Rodriguez** se é possível fazer alguma correlação entre o
484 mapa de áreas prioritárias e as informações existentes no licenciamento. O Sr. **Roberto Rodriguez**
485 sugeriu que um técnico fosse designado para fazer a compilação dos empreendimentos do PAC para
486 levantar as informações solicitadas. O Sr. **Braulio Dias** apoiou a proposta e disse que as
487 informações devem ser compartilhadas com todos os membros da comissão e discutir se podem
488 haver possíveis deliberações futuras. Ponderou que outra possibilidade seria aguardar que as
489 informações necessárias estivessem no sistema para retomar a discussão com uma base de dados
490 sólida. O Sr. **Roberto Rodriguez** informou que a apresentação pode ser disponibilizada aos
491 membros da Comissão, bem como demais informações e, pedindo licença a todos, retirou-se da
492 reunião. O Sr. **Braulio Dias** agradeceu a apresentação e seguiu para o item 6 - Informes. Pediu ao
493 Conselheiro Fernando Coimbra, do MRE, um relato de suas últimas reuniões no grupo de trabalho
494 de ABS em Roma. O Sr. **Fernando Coimbra** cumprimentou a todos e passou ao relato das
495 reuniões ocorridas em Montreal em Outubro, pois ainda não foi recebido o *feedback* do que ocorreu
496 em Roma. Informou que as duas reuniões do grupo de trabalho da ABS e do grupo de trabalho de
497 implementação do artigo 8J foram amplamente beneficiadas pelo processo de preparação interna
498 com o Seminário Nacional sobre o Instrumento, sobre o Regime Internacional de Acesso,
499 Repartição e Benefício. Avaliou que essa preparação interna permite ao Brasil exercer o papel de
500 liderança no contexto dos debates da Convenção. Falou que os co-presidentes escolhidos para
501 conduzir as negociações visando a definição de um regime internacional até 2010, propuseram ao
502 *Bureau* e o *Bureau* aceitou que a quinta e sexta reunião do ABS fossem concebidas como uma
503 única reunião sendo que uma é esta que está sendo relatada e a outra irá ocorrer em Janeiro.
504 Informou que, como o prazo entre as duas reuniões era curto, os co-presidentes sugeriram que
505 fossem tratados os elementos do regime internacional para que ele possa ser concluído na COP em
506 Bonn. Informou que a atuação firme do Brasil na quarta reunião em Granada acabou gerando um
507 texto, conhecido como Texto de Granada, que contém todos os elementos de um termo de
508 referência e já está na forma para articular um Regime Internacional, para ser negociado. Na
509 reunião da COP em Curitiba foi decidida uma posição referente ao Acesso e Repartição de
510 Benefícios. Esta decisão determina que o texto de Granada fosse levado a Montreal para a

511 continuidade das negociações. Informou que em Montreal o Brasil pegou os documentos com a
512 visão do país sobre o Regime Internacional. A visão do Brasil tem apoio do grupo dos 17 países
513 megadiversos, menos Estados Unidos e Austrália, pois os Estados Unidos não é signatário da CDB
514 e a Austrália é o país que mais resiste ao Regime Internacional, enfim foi formada em Montreal
515 uma coalizão de países em desenvolvimento em torno de formulações retiradas do Texto de
516 Granada. Avaliou que o avanço foi importante, especialmente no que se refere ao que deve ser o
517 Regime Internacional. O Sr. **Braulio Dias** perguntou que nome pode ser dado ao texto produzido. O
518 Sr. **Fernando Coimbra** disse que este texto não tem registro, pois o grupo dos países megadiversos
519 queria que o texto continuasse a ser uma coleção de idéias e está sendo aguardado o momento de
520 iniciar um trabalho de definição. Informou que na reunião foram produzidos dois textos, sendo um
521 chamado de compilação e outro de reflexões, sendo que as reflexões agrupavam idéias e conceitos
522 com algum grau de convergência, mas o grupo dos *Juscans* (Austrália, Nova Zelândia, Canadá)
523 preferiu que não houvesse nenhum documento. Desta forma, a reunião acabou sem produtos
524 materiais, mas na próxima etapa de negociação em Janeiro a coalizão dos Megadiversos atuará na
525 Reunião em Bonn visando um resultado positivo. Destacou que os europeus evoluíram na aceitação
526 do Regime Internacional e querem que a Reunião em Bonn seja um marco nesta negociação.
527 Afirmou que o que cabe agora é definir critérios internacionalmente aceitos que assegurem a
528 repartição de benefício, que assegurem os termos mutuamente acordados. Agradeceu a ajuda dada
529 por colegas experientes com o processo de negociação, citando alguns nomes e instituições que
530 forneceram apoio. O Sr. **Braulio Dias** solicitou ao Sr. **Fernando Coimbra** um relato sobre a
531 reunião do Artigo 8J. O Sr. **Fernando Coimbra** disse que as duas reuniões estão vinculadas, mas
532 que esta outra reunião gerou oito recomendações que serão levadas à COP. Disse que esta reunião
533 foi presidida por ele e foram organizados dois grupos de trabalho e consideradas oito
534 recomendações, rapidamente apresentadas aos conselheiros. Afirmou que com relação ao Artigo 8 J
535 ele não pode decidir nada porque esta discussão está em um grupo de trabalho em andamento.
536 Passou então a comentar cada uma das recomendações, contextualizando sua proposta e discutindo
537 sua gestão e implementação. Informou que houve entendimento de que uma profusão de
538 indicadores não seria conducente para se chegar há uma idéia clara, por razões, enfim, lógicas.
539 Informou que houve um resultado negativo na reunião da 8J, onde houve um projeto de
540 recomendação que transmitiria sugestões ao grupo de trabalho de acesso e repartição de benefício,
541 dando cumprimento a uma recomendação explícita, vinda da conferência das partes. Novamente o
542 Brasil buscou consignar as diferentes propostas, que haviam sido feitas por nós e por outros, mas de
543 novo nos defrontamos com a resistência de algumas delegações em ter consignada num documento
544 essas diferentes posições. Disse que foi elaborado um arcabouço de texto, mas que deverá ser

545 negociado ainda em uma segunda etapa sobre o regime internacional. Acredita que o Brasil tem
546 todas as condições de levar a Genebra uma posição firme para levar o exercício a bom termo. O Sr.
547 **Braulio Dias** agradeceu ao Sr. Fernando Coimbra e afirmou que no geral houve avanço. O Sr.
548 **Fernando Coimbra** disse que houve algum avanço. O Sr. **Braulio Dias** considerou significativo o
549 consenso entre os países megadiversos. O Sr. **Fernando Coimbra** concordou. O Sr. **Braulio Dias**
550 perguntou se haveria consenso de tratamento de questões de acesso a conhecimento tradicional
551 junto ao regime de ABS. O Sr. **Fernando Coimbra** disse que este tema se repete nas reuniões do
552 grupo de trabalho da ABS e que a discussão sobre conhecimento tradicional voltará a ser realizada
553 em Genebra e que ele faz parte da discussão do ABS. O Sr. **Braulio Dias** ponderou que alguns
554 grupos, mesmo indígenas, poderiam criar resistência a este assunto. O Sr. **Fernando Coimbra**
555 concordou e disse que ainda não está claro como será o tratamento e a vinculação do tema, mas
556 certamente estará no processo de negociação. O Sr. **Braulio Dias** disse que a Ministra Marina Silva
557 enfatizou a questão do conhecimento tradicional na reunião em Oslo e o governo Norueguês
558 prometeu trabalhar pelo regime internacional. A Sra. **Ione Egler** ressaltou o papel de mediar as
559 reuniões junto à União Européia. O Sr. **Braulio Dias** disse que um técnico da União Européia
560 mostrou a ele um documento preparatório para as reuniões onde eles concordam em trabalhar pelo
561 regime de ABS. O Sr. **Fernando Coimbra** ressaltou que houve um avanço dos europeus, que estão
562 alinhados aos países megadiversos. O Sr. **Braulio Dias** disse que se a reunião for feita no Japão é
563 favorável ao Brasil e que a Austrália irá mudar de governo este ano. O Sr. **Fernando Coimbra**
564 disse que a Austrália foi o país mais recalcitrante na reunião. A Sra. **Ione Egler** justificou que o
565 técnico da Austrália não entendia a necessidade de um instrumento público, pois o privado já está
566 internacionalmente consagrado, pois a parte contratual para eles é suficiente e que a técnica da
567 Noruega fez uma intervenção lembrando que há disparidade de poder entre as partes contratantes. O
568 Sr. **Braulio Dias** lembrou que há maior dificuldade ainda para comunidades indígenas. O Sr.
569 **Miguel Guerra** disse que é clara a dicotomia entre os direitos e a questão da OMC e pediu ao Sr.
570 Fernando Coimbra que gostaria de detalhes sobre avanços nesta discussão junto à OMPI. O Sr.
571 **Fernando Coimbra** disse que não participa das reuniões da OMPI, mas sabe que existem reuniões
572 sobre conhecimento tradicional e folclore, mas que a discussão não é conclusiva. O Sr. **Miguel**
573 **Guerra** disse que ficou impressionado pela traçabilidade e delimitações de origem de marcas locais
574 na França e Itália, que significa valorar produtos locais que apresentem características interessantes.
575 Afirmou que a questão dos certificados de origem parece ser uma boa oportunidade para produtos
576 oriundos de conhecimentos tradicionais. O Sr. **Fernando Coimbra** concordou com a colocação do
577 Sr. **Miguel Guerra** e disse que o Brasil está ciente deste *trade-off* e da possibilidade de
578 convergência entre interesses europeus e os acordos com os termos da CDB, e que o acordo tríplice

579 proposto pelo Brasil conta com o apoio da África, Índia e diversos parceiros importantes na OMC.
580 Afirmou que uma das colunas do Regime Internacional é justamente a certificação. O Sr. **Braulio**
581 **Dias** disse que a Convenção de Lisboa já deu base para a determinação geográfica de origem e que
582 o MAPA está começando a implementar isso com produtos como o vinho e a cachaça. O Sr.
583 **Roberto Rodriguez** disse que a implementação foi muito positiva, com um produto brasileiro, mas
584 que mesmo entre os grupos tradicionais existem divergências. Ressaltou a importante organização
585 do Brasil para as reuniões da ABS, mas que mesmo assim existiu pouco espaço para avanços em
586 Montreal. O Sr. Fernando **Coimbra** disse que esse trabalho é um processo. O Sr. **Braulio Dias**
587 ponderou que não se pode perder esse trabalho de preparo prévio. O Sr. **Fernando Coimbra** disse
588 que realmente houve muita convergência no grupo do Brasil, permitindo um trabalho de forma
589 propositiva. O Sr. **Braulio Dias** quis saber que haverá alguma atividade antes da reunião de
590 Genebra. O Sr. **Fernando Coimbra** disse que houve tempo para organizar um seminário nacional,
591 mas que serão feitas consultas à sociedade civil e um trabalho interno com o governo. Mas ressaltou
592 que isso só pode dar certo se houver um trabalho de coordenação e de conciliação. O Sr. **Rosalvo**
593 **Júnior** informou que o Ministro da Integração esteve no parlamento da União Européia
594 apresentando a política de desenvolvimento regional do Brasil e que será realizado um seminário no
595 Brasil dias 30 e 31 de novembro, com a participação da secretária da União Européia para
596 desenvolvimento regional e convida os membros da CONABIO para participar desta reunião. O Sr.
597 **Fernando Coimbra** disse que o grupo de trabalho de ABS solicita que os países partes
598 encaminhem propostas e sugestões a respeito do regime internacional até dia 30 de novembro.
599 Comentou que até a COP terão duas reuniões, uma do SUBSTA, de assessoramento tecnológico e
600 científico da convenção e a segunda do Grupo de Trabalho de Áreas Protegidas. Serão discutidos
601 assuntos como árvores transgênicas, agrobiodiversidade, biocombustível. O Sr. **Fernando**
602 **Coimbra** disse que fará uma comunicação pedindo comentários sobre os temas de discussão. O Sr.
603 **Braulio Dias** disse que a agricultura está na pauta do SUBSTTA, mas que pode ser discutido
604 biocombustíveis dentro do tema. Agradeceu a exposição feita pelo Sr. **Fernando Coimbra** e abriu
605 a reunião para informes das Câmaras Técnicas e uma proposta de minuta de moção, relativa ao
606 zoneamento agro-ecológico da cana-de-açúcar nos biomas Amazonas e Pantanal. Pediu aos
607 membros que refletissem sobre o assunto para avaliarem se seria possível deliberar sobre o assunto
608 ou se havia necessidade de tempo maior ou de consulta. Lembrou que o regimento solicita que os
609 documentos para análise sejam encaminhados com dez dias de antecedência para que os membros
610 tenham tempo para considerar o assunto. O Sr. **Braulio Dias** disse que após a leitura da proposta, se
611 todos concordassem poder-se-ia deliberar sobre o assunto. Foram feitas sugestões de mudanças no
612 texto pelo Sr. **Miguel Guerra**, Sr. **Braulio Dias**, Sra. **Nanuza Menezes**, Sra. **Ione Egler**, Sr.

613 **André Fenner**. A Sra. **Ione Egler** perguntou o que significa excluir do zoneamento. O Sr. **Braulio**
614 **Dias** considerou a pergunta relevante e lembrou que o zoneamento não é um instrumento normativo
615 e o fato de não haver zoneamento não impede que alguém desenvolva atividades de expansão da
616 cana nestas regiões. O Sr. **Miguel Guerra** disse que tanto o Ministério da Agricultura, quanto o do
617 Meio Ambiente garantiram existir uma salvaguarda para evitar o plantio de cana-de-açúcar para a
618 produção de Etanol na Amazônia e no Pantanal, mas deve-se ressaltar que estes dois biomas
619 permaneçam preservados no programa de zoneamento. Disse que o zoneamento é o ponto de
620 partida para a formulação de políticas públicas e aquisição de empréstimos. O Sr. **Braulio Dias**
621 esclareceu que no âmbito da CONABIO existe uma câmara técnica para discutir biocombustíveis e
622 que foi feita uma apresentação do Sr. Roberto Vicentim, Diretor do Departamento de Zoneamento
623 Ecológico e Econômico do Ministério do Meio Ambiente, sobre uma proposta de zoneamento em
624 parceria com o Ministério da Agricultura e Ministério do Meio Ambiente, executado pela
625 EMBRAPA e por orientação da Casa Civil, de uma proposta de zoneamento que incorpora vários
626 aspectos ambientais. Este zoneamento irá orientar a expansão do plantio de cana-de-açúcar, no país
627 como um todo. O Sr. **Roberto Rodriguez** disse que se o zoneamento fosse apenas agrícola, ele
628 focaria aspectos como solo, variedades, chuva e que o zoneamento agroecológico irá apontar
629 aptidões. Sugeriu que fossem convidados especialistas para indicarem qual é o marco legal de cada
630 zoneamento, tirar dúvidas e evitar tomar decisões apressadas. O Sr. **Braulio Dias** disse acreditar
631 que o receio e a razão da proposta é o papel que o zoneamento terá na indução da expansão da cana-
632 de-açúcar, mas que esse zoneamento levará em conta outros zoneamentos pré-existentes e irá
633 incorporar as restrições já apontadas. O Sr. **Rosalvo Júnior** considerou que os termos da minuta
634 estão confusos e que ele não poderia deliberar sem consultar outras estruturas do MI. O Sr. **Braulio**
635 **Dias** disse ter sido informado de que não havia quorum para votar e resolveu deixar o assunto para
636 consulta e trazer para a pauta da próxima reunião. O Sr. **Miguel Guerra** disse que,
637 independentemente das ferramentas usadas para o zoneamento, o que se deve pensar é em uma zona
638 de exclusão desta cultura nos dois biomas. O Sr. **Braulio Dias** disse que este assunto fosse objeto
639 de discussão na Câmara Técnica, para aprofundar a discussão. O Sr. **André Fenner** disse que
640 muitos pontos são negociados sem informação disponível, mas que nesta deliberação estão
641 buscando informação. O Sr. **Wilson Loureiro** levantou a questão de que a moção pode ser um
642 instrumento para mediar o conflito entre o MMA e MAPA e que não dá para a CONABIO se omitir
643 sobre este assunto. Disse que é necessária uma posição firme sobre o assunto. O Sr. **Braulio Dias**
644 esclareceu que o zoneamento está sendo decidido na Casa Civil, com a coordenação do MAPA e
645 participação do MMA e que o zoneamento será diferente dos já existentes e que a discussão é sobre
646 como será feita a metodologia do processo. O Sr. **Lídio Coradim** colocou que ampliar a discussão

647 irá ajudar o Sr. **Miguel Guerra** e a Sra. **Nanuza Menezes** a consolidar o documento, que deve ser
648 robusto. O Sr. **André Fenner** disse que aumentar o nível de participação da comissão é ruim
649 porque não dá para alcançar quorum para as votações. A Sra. **Nanuza Menezes** lembrou que se
650 deve proteger não só a floresta, mas também as savanas na Amazônia. O Sr. **Braulio Dias** marcou o
651 assunto como pauta da Câmara Técnica Temporária de Biocombustíveis e Biodiversidade - CTTBB
652 e passou para os informes sobre as câmaras técnicas dizendo que a os trabalhos da CT de coleções
653 científicas estão sendo concluídos e que está sendo criado um Plano Nacional de Coleções
654 Científicas. A Sra. **Andréa Nunes** informou que os trabalhos estarão prontos em novembro para
655 serem distribuídos aos membros da CONABIO para discussão talvez na próxima reunião ordinária.
656 O Sr. **Braulio Dias** disse que será discutido a melhor data. O Sr. **Braulio Dias** agradeceu as
657 informações repassadas pela Sra. Andréa Nunes e informou que a CTTBB está se reunindo a cada
658 quinze dias, com quatro tópicos de discussão, que são: o Termo de Referência sobre um estudo a ser
659 contratado pelo Ministério sobre riscos de expansão do biocombustíveis sobre a biodiversidade,
660 criar uma base de dados de especialistas no monitoramento desses riscos, fazer um levantamento
661 sobre o marco legal de políticas pública de biocombustíveis, com relação a cuidados com o meio
662 ambiente e a biodiversidade, e a discussão, de recomendações, diretrizes dessa CONABIO, com
663 relação aos cuidados que devemos tomar no avanço dessas Políticas Pública de biocombustíveis. A
664 outra CT é a da PANBIO, com reuniões mensais, discutindo questões sobre a capacitação em
665 biodiversidade, especialmente gestores públicos e o uso de softwares para intercambiar informações
666 de temas ligados à biodiversidade e de indicadores ambientais. Estão sendo instaladas a CT de
667 Espécies Exóticas e Invasoras e a CT de espécies Ameaçadas de Extinção, que ficou parada por um
668 ano, e existe um assunto pendente que é a revisão da lista de espécies ameaçadas, mas que depende
669 também de dados a serem repassados pela Fundação Biodiversitas sobre espécies da flora
670 ameaçada. Lembrou a todos da figura do segundo suplente para evitar problemas de quorum.
671 Agradeceu a todos e encerrou a reunião. Eu, Gláucia Jordão Zerbini, por solicitação do Presidente
672 da mesa, lavrei a presente ata.